

Educação superior sob a lógica do capital e a formação em Serviço Social

Higher education under the logic of capital and social work education

Mariana Rocha Menezes¹

Sofia Laurentino Barbosa Pereira²

RESUMO: Objetiva-se compreender as tendências contemporâneas da educação superior do país e suas repercussões na formação em Serviço Social, a partir de análise da formação sócio-histórica brasileira e do capitalismo dependente na América Latina. Trata-se de discussão teórica e bibliográfica, fundamentado em autores de base marxista, à luz do método dialético crítico. Para tal, discute-se sobre: o capitalismo dependente, Estado e educação; o neoliberalismo e a educação superior no Brasil; e a direção do Serviço Social e das tendências da formação em tempo de conservadorismo. Nota-se a predominância de instituições privadas, com fins lucrativos, na oferta de cursos de Serviço Social no Brasil, seguindo as tendências ditadas por países dominantes, em detrimento do ensino público, gratuito, presencial e de qualidade para a classe trabalhadora. Além disso, tem-se um crescimento acelerado do ensino a distância, descolado de uma formação que contemple o ensino, a pesquisa e a extensão, conforme está previsto nas diretrizes curriculares de 1996 e defende as entidades representativas da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: educação, serviço social, capitalismo dependente, neoliberalismo.

ABSTRACT: This article aims to understand the contemporary trends in higher education in Brazil and its repercussions for social work education, considering the socio-historical formation of Brazil and dependent capitalism in Latin America. This is theoretical and bibliographical research, based on dialectical materialism and Marxist authors. We discuss dependent capitalism, the state and education; neoliberalism and higher education in Brazil, and the trends of social work education in times of conservatism. Our findings indicate that there is a predominance of for-profit private universities offering social work courses, following the trends dictated by dominant countries, to the detriment of free, in-person, quality public education for the working class. Furthermore, there is an accelerated growth in distance learning that does not jointly include the

¹ Universidade Federal do Piauí (UFPI). Assistente social; especialista em Saúde Pública com Ênfase em Saúde Mental pela Faculdade Ademar Rosado (FAR); mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI. Bolsista de mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: marianarochamenezes@hotmail.com.

² Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI. Doutora em Políticas Públicas - UFPI. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: sofia laurentino@ufpi.edu.br.

**Revista Interdisciplinar**

triad of teaching, research and university extension, as established by the 1996 curriculum guidelines and defended by professional associations.

KEYWORDS: education, social work, dependent capitalism, neoliberalism.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social no Brasil busca, em seu processo histórico, a superação do conservadorismo e do viés moral e doutrinário, o qual se manteve hegemônico na profissão por cerca de 50 anos. Na contemporaneidade, a formação e o exercício profissional são norteados por um projeto ético-político radicalmente crítico, contrário à lógica do grande capital e propulsor de uma nova ordem societária. Isso não significa que não existam outros projetos profissionais em disputa, pois o Serviço Social não foge dos dilemas vivenciados pela sociedade. Logo, quando a ofensiva conservadora avança e se reatualiza, ocorrem rebatimentos na direção social crítica escolhida coletivamente para nortear a profissão, o que exige contínuo processo reflexivo e coloca em alerta a categoria profissional.

Para mais, a educação superior diz respeito a uma arena de conflitos, portanto, não passa imune às disputas entre projetos profissionais distintos. Essa arena conflituosa se expressa, sobretudo, no avanço de tendências mercadológicas, que atendem aos interesses de países dominantes, cujo caráter predatório histórico na América Latina aprimora-se e se mantém hegemônico, violenta e ideologicamente. Assim, presencia-se o predomínio e ampliação do setor privado na educação, associado a medidas para precarizar e dirimir o ensino público, gratuito, presencial e de qualidade no Brasil.

Nesse sentido, o presente artigo busca suscitar e ampliar a discussão no que se refere à educação superior no Brasil e à formação acadêmico-profissional em Serviço Social, a fim de perceber os atravessamentos latentes para a profissão, sobretudo nas últimas três décadas. Além disso, possibilitar contribuições que fortaleçam o movimento por uma educação com caráter emancipatório, bem como auxiliar para estratégias contra hegemônicas nesse cenário. Esse artigo tem, pois, como objetivo: compreender as tendências contemporâneas da educação superior do país e suas repercussões na formação em Serviço Social, a partir da análise da formação sócio-histórica brasileira e do capitalismo dependente na América Latina.



Utiliza-se do método materialista histórico dialético, de Marx (2023), na medida em que realiza mediação com a categoria histórica, econômica e social. O texto é dividido em três tópicos, quais sejam: capitalismo dependente, Estado e educação; neoliberalismo e educação superior no Brasil; a direção do Serviço Social e as tendências da formação em tempo de conservadorismo. Ademais, a discussão parte da teoria clássica da democracia, em Rousseau (2018), como princípio para se pensar o contexto de dominação externa na América Latina.

Trata-se de artigo de discussão teórica e bibliográfica, fundamentado em autores de base marxista, tais como Fernandes (2009), Behring (2021) e Cardoso (2016), como parte das reflexões realizadas para pesquisa dissertativa no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. CAPITALISMO DEPENDENTE, ESTADO E EDUCAÇÃO

Em um retrospecto à teoria clássica da democracia³, especificamente ao pensamento de Rousseau (2018), encontram-se considerações acerca do fundamento da sociedade política. Esse autor parte do pressuposto de que, em um dado momento, não seria mais possível o estado de natureza, haja vista a sobreposição de um homem ao outro, de maneira que ocorreria domínio entre os indivíduos, além de escravidão.

Logo, a alternativa, em Rousseau (2018), que escreve motivado pelo amor ao seu país, em um cenário de absolutismo na Europa, não passaria por algo que não fosse à convenção entre os indivíduos. Esta, enquanto fundamento da sociedade política, onde através de uma associação, dentre outros aspectos, prevaleceria o bem comum. Os cidadãos participariam ativamente nessa sociedade, e não haveria dominação um sobre o outro.

Partindo dessa perspectiva clássica, analisa-se o cenário latino-americano, com ênfase na situação brasileira. De maneira que, cabe interrogar: como pensar em uma sociedade onde não aconteça qualquer tipo de dominação, quando se tem um continente onde o povo é escravizado desde o século XV?

³ Schumpeter (1961) na obra “Capitalismo, socialismo e democracia” classifica o pensamento de Rousseau como teoria clássica da democracia, bem como desenvolve sua crítica aos escritos do autor. No presente trabalho será considerada apenas a classificação de Schumpeter, pois sua crítica abriria precedente para discussões que ultrapassam os limites deste artigo.

Revista Interdisciplinar

Tem-se que, há alguns séculos, a história da América Latina era marcada por um processo colonial, o qual se caracterizou pela expropriação das riquezas de seu território (presente até a atualidade), além do extermínio de seus povos originários. Atividade predatória que criou raízes e, com o passar do tempo, consolidou países europeus como “grandes potências” mundiais, bem como engendrou a relação de dependência latino-americana a esses países (Fernandes, 2009). Assim, o domínio de um indivíduo (que se entende detentor de poder) sobre o outro, que Rousseau buscava suprimir com a convenção, está entranhado na história desse continente, mesmo antes de se compreender como tal.

Vale ressaltar, no entanto, que isso não quer dizer que houve plena passividade de um dos lados envolvido nesse contexto de dominação, assim como não se pode atestar um domínio uno (apenas dos países europeus), desde o período colonial até a atualidade. O capitalismo reorganiza, constantemente, sua hegemonia no planeta. Logo, há uma disputa bélica entre os países dominantes, a fim de se ter as rédeas do imperialismo (Lênin, 2001) no mundo.

Por essa perspectiva, mesmo nesse cenário imbricado de contradições e disputas, houve, ao longo da história latino-americana, contínua hegemonia de países de capital dominante (mais notadamente Grã-Bretanha e depois Estados Unidos no caso brasileiro), seja através de formas violentas, econômicas ou ideológicas. Essas formas, metamorfoseadas na contemporaneidade, especificamente a partir das últimas décadas do século XX, assumem uma face neoliberal, de modo que reatualizam e intensificam as relações de dependência já impregnadas.

A situação de dependência, no entanto, difere da situação colonial. Isso, na medida em que, a primeira ganha outros delineamentos, quando os países latino-americanos adquirem “independência” política. Os colonizadores europeus, de capitalismo desenvolvido, passam a estruturar, então, a divisão internacional do trabalho, de modo que, definem o que será produzido e como se dará a circulação, conforme a necessidade e os interesses externos (Marini, 2005). Assim, esse cenário passa a configurar a dependência, que se amplia e complexifica com o passar do tempo, para além dos aspectos estritos ao período colonial.

O caráter dependente, nesse sentido, vai atravessar a formação social dos países subordinados em vários âmbitos. De maneira que, perpassa a vida humana diariamente, em sua totalidade, econômico, social e culturalmente. Além de que, direciona, de maneira intencional, as

Revista Interdisciplinar

relações de poder, os espaços decisórios e as estruturas do Estado. Por essa perspectiva, Fernandes (2009, p. 129) vai dizer que:

As nações capitalistas hegemônicas [...] se beneficiam da hegemonia em diferentes planos, quer absorvendo excedente econômico de nações dependentes ou neocoloniais, quer impondo a estas seus padrões de valores, de conhecimento e de tecnologia, quer aumentando as vantagens de sua posição estratégica em fins propriamente políticos.

No caso brasileiro, essa lógica vai se associar, ainda, com a formação de uma elite nacional que, desde tenra idade, mantêm-se hegemônica. Essa elite dita os rumos do país, em todos os regimes políticos que perpassaram a história, bem como exclui a participação popular (maioria) desse processo. Nesse contexto, Coutinho (2006) elenca três paradigmas, que auxiliam na compreensão desse fenômeno na realidade brasileira, quais sejam: via prussiana (Lenin), revolução passiva (Gramsci) e modernização conservadora (Barrington Moore Jr.).

Esses paradigmas, salvo as peculiaridades de cada modelo, dizem respeito à conformação da burguesia no país, que concentra a tomada de decisão e implementa medidas, segundo particularidades de cada período histórico. Isso acontece, em moldes gerais, a fim de preservar seus interesses e a garantir a impermeabilidade da estrutura de sua manutenção no poder. Por essa perspectiva, os âmbitos decisórios se mantêm em uma redoma, nas mãos de alguns, consoante a um acordo entre frações da burguesia, a chamada autocracia burguesa (Fernandes, 2005).

Em síntese, “[...] o moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar marcas persistentes e ao mesmo tempo, transformando-as no contexto de globalização” (Iamamoto, 2000, p. 37). Por essa substância, fundamenta-se o aparelho estatal brasileiro, essencial para a estruturação deste modelo: processos decisórios e transformações “pelo alto”, sem participação popular ampla e democrática.

O Estado passa, então, a ser um meio de perpetuação dessa hegemonia, assim como instrumento de usurpação da riqueza socialmente produzida. Isto é, a burguesia nacional, e também a dos países dominantes, utiliza-se do aparelho estatal (instituições, poderio militar, fundo público e afins) para ampliar a acumulação capitalista. Outrossim, chancela-se a superexploração dos trabalhadores em um contexto de dependência (Marini, 2005), de modo que o Estado se configura, ainda, como uma das peças que possibilita a manutenção do modo de produção capitalista, mesmo diante de crises cíclicas.

Revista Interdisciplinar

Na contemporaneidade, o fundo público, analisado por Behring (2021), passa a ser utilizado, como resposta às constantes e intensas crises do modo de produção capitalista, e desse modelo de dominação. Isso em detrimento do uso desse fundo público enquanto forma de intervenção do Estado para manter e reproduzir a classe trabalhadora, com mínimas condições de existência.

Logo, o Estado financia a burguesia interna e externa, sobretudo em momentos de crise (a exemplo da pandemia de Covid-19), bem como possibilita a continuidade desse modo de sociabilidade. Ao passo que, não apenas desloca o financiamento, mas atua na precarização das políticas sociais, as quais adquirem características focalizadas, fragmentadas e excludentes. Atua, ainda, com intento ideológico, principalmente em regiões com predominância do coronelismo até o tempo hodierno.

Assim, torna-se vital ao capitalismo nessa fase, manter, através das políticas sociais, apenas a capacidade de consumo da classe trabalhadora, na medida em que possibilita celeridade à rotação do capital, ou seja, maior acumulação para a burguesia (Behring, 2021). Para que isso seja possível, utiliza como um dos mecanismos a estrutura e o equipamento do Estado, dentre os quais a política de educação, como maneira de reprodução dessa lógica.

Desse modo, na sociabilidade capitalista, a educação perde sua relação intrínseca com a ontologia do ser social⁴, o trabalho (Tonet, 2016). Educar deixa, então, de ser uma responsabilidade coletiva, de toda a comunidade de um determinado território, a exemplo das sociedades primitivas. Com a hegemonia da divisão internacional do trabalho e da ação predatória de países dominantes, institucionaliza-se a educação, aspecto que antes era comum, tornando um espaço de poder, cujo acesso se torna restrito.

A burguesia toma posse desse lugar comum: institucionaliza e organiza a educação há alguns séculos. Isso “[...] serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do capital, como também gerar e transmitir um quadro que legitima os interesses dominantes” (Mészáros, 2008, p. 35). Logo, diz respeito a um processo de naturalização dessa ordem, haja vista sua lógica está impregnada, além de agir como princípio e norte para materializar a educação na sociedade capitalista.

⁴ Ver Lukács (2018).

Revista Interdisciplinar

No caso brasileiro, soma-se a isso uma formação social, econômica e política atravessada diretamente pela dependência. Além disso, um Estado que se constituiu forte pelo poder da elite, marcado por processos decisórios verticalizados/impositivos, com pouca ou nenhuma participação ativa do povo.

Nesse sentido, Souza (2018) vai dizer que, no Brasil, ocorre o binômio elitismo-exclusão como marco estrutural e histórico da educação, desde o período colonial até os dias atuais. De modo que, ainda que houvesse escolas públicas de qualidade (característica que depende da perspectiva que se analise o cenário), sobretudo no império e na república velha, concentravam-se na área urbana, onde não ocorria o acesso da população, majoritariamente rural, naquela época. Para mais, observa-se a popularização desse acesso no período compreendido “nacional-desenvolvimentista” (Coutinho, 2006, p. 181), quando houve necessidade de uma classe trabalhadora tecnicamente mais qualificada, a fim de atender as exigências do mercado, a mando dos países desenvolvidos.

Não obstante, interessa a essa civilização rechaçar o desenvolvimento da capacidade crítica do sujeito, a fim de que não haja produção científica e/ou tecnológica contra hegemônica. Isto, pois, não cabe nesse modelo possibilitar qualquer faísca de autonomia e emancipação aos trabalhadores, dado que colocaria em xeque a dominação externa, intensificada e modernizada com o passar dos séculos. Nesse sentido, Fernandes (2009, p. 136) diz que:

[...] há influências que são organizadas e que acarretam um propósito deliberado de canalizar e orientar a mudança de acordo com os interesses da dominação externa e de sua contrapartida nos interesses de classe dos setores dominantes internos. Muitos programas educacionais (em todos os níveis de ensino) de “desenvolvimento” da ciência e da tecnologia científica foram montados com esse fim, nem sempre dissimulado.

A educação, aqui em ênfase o ensino superior brasileiro, passa a seguir, em meados de 1990, as orientações de organismos internacionais, a exemplo das medidas impostas pelo Consenso de Washington, Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), para atender os interesses, sobretudo, externos. Prevalece o interesse do mercado e de acumulação do capital, de modo que as universidades desemboquem, constantemente, profissionais oriundos de uma formação por competência, tecnicamente qualificados para reproduzir a lógica do capital (Antunes; Lemos, 2018; Costa, 2018).

Ademais, observa-se que segue, em outros moldes e em todos os âmbitos da vida humana, a sobreposição de países hegemônicos e do grande capital, em relação aos de capitalismo

Revista Interdisciplinar

dependente. O protagonismo, nesse cenário, passa dos países europeus (dizimadores dos territórios latino-americanos no período colonial) para os Estados Unidos, que assume a direção planetária do novo imperialismo. Assim, impera o domínio externo na América Latina, assim como se tenta tolher, ideológica ou violentamente, as possibilidades de emancipação da classe trabalhadora desses países explorados.

Pensar, pois, um modelo de sociedade sem dominação, nos moldes imaginados por Rousseau, considerando o panorama latino-americano, é complexo e, um tanto desanimador. Observa-se que, parte considerável da história do continente foi forjada pelo domínio de países dominantes, sobrepostos aos subordinados. A escravidão dos povos desse continente vai tomando formas metamorfoseadas, orquestradas pelos interesses imperialistas externos.

3. NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Nas últimas décadas do século XX, essa dominação se recrudescer, na medida em que, em resposta à crise do capital, os países dominantes reorganizam o cenário mundial. Isso para que seja possível, através da atividade predatória nos países subordinados (mas não só), reestabelecer as taxas de lucro, bem como acelerar a rotação do capital. Desse modo, utiliza-se o Estado como um dos meios, a fim de possibilitar esse recrudescimento: atacam-se direitos e políticas sociais, e ocorre o incentivo à especulação do mercado.

Nesse contexto, as políticas sociais no Brasil, sobretudo a partir de 1990 com a ofensiva neoliberal, seguiu a tendência, orientada externamente, de desresponsabilização do Estado e abertura ao setor privado (Costa, 2018; Cardoso; Canêo, 2021). Isso associado à disputa do fundo público, discutido em Behring (2021), com o Estado enquanto mecanismo de celeridade à rotação do capital, em detrimento da materialização de direitos dos trabalhadores (conquistados através de lutas populares e movimentos sociais).

O surgimento do neoliberalismo tem como marcador histórico mundial o momento pós-crise do Estado de Bem-estar, com pontapé inicial, em meados de 1980, na Inglaterra e nos Estados Unidos, com os governos de Thatcher e Reagan, respectivamente. Empreende-se, segundo direção hegemônica das teses neoliberais: a globalização da economia, como resposta do capital à crise, em um cenário de dismantelamento da proteção social, mudança do caráter eminentemente interventor do Estado e metamorfoses no mundo do trabalho (Stein, 2009).

Revista Interdisciplinar

Vale ressaltar, o acirramento da relação capital-trabalho em contexto de crise desse modo de produção, marcado pelo conflito de classes, cujo âmbito estatal se mostra entrelaçado ao capital, o que direciona sua intencionalidade (Lenin, 2011). O Estado, então, possibilita que seja reatualizado o aspecto de dominação, inerente ao início do mundo civilizado, que no Brasil diz respeito à hegemonia externa econômica, cultural e social.

Desse modo, é importante perceber que, no Brasil, vai haver particularidades no relacionamento entre as classes dominantes e o Estado. Tais particularidades se delineiam a partir da formação da sociedade brasileira, cujo aspecto predatório do período colonial e a economia agroexportadora, com base oligárquica escravista, correspondem a elementos estruturantes. Logo, em momento de crise do capital nesse país, o Estado é fundamental para que seja possível manter a autocracia burguesa (Fernandes, 2005), assumindo um caráter centralizado e repressor.

Além disso, o país assume o papel de uma peça importante na lógica de reestruturação do capitalismo mundial (Fernandes, 2005), dado a dependência aos países centrais. Dessa maneira, reorganiza-se a dinâmica da sociedade brasileira, em vista dos interesses externos e como resposta às crises cíclicas. Empreendem-se, com maior intensidade nas últimas três décadas, em vários âmbitos, uma série de contrarreformas, com o Estado como meio para cancelar a derrubada de direitos da classe trabalhadora.

Por essa perspectiva, esse modelo tem hegemonia no Brasil a partir, sobretudo, de 1990, quando se opera uma série de medidas para o reordenamento do Estado nacional. No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em seus dois mandatos, 1995-1998 e 1999-2002, tem-se uma obediente implementação da agenda neoliberal, associada às contra(reformas) realizadas desde o início da década, no mandato de Fernando Collor.

A nova agenda política de ajuste passou a ser dominada por temas como refluxo do Estado e primazia do mercado por meio das políticas de abertura comercial e financeira ao capital internacional, desregulamentação e privatização, corte dos gastos públicos e redução dos fundos públicos para o financiamento das políticas sociais (Duriguetto; Demier, 2021, p. 13).

No âmbito da educação, onde já havia o predomínio do binômio elitismo-exclusão, mesmo antes do neoliberalismo, a garantia dessa, enquanto direito social, fica cada vez mais distante dos/as brasileiros/as. Assim, com a lógica neoliberal impregnada, o Estado assume o caráter regulador-avaliador e se distancia da execução de um ensino público, gratuito e de qualidade. O

Revista Interdisciplinar

caráter regulador, no sentido de normatizar e dar viabilidade legal para a empreitada da iniciativa privada no cenário educacional. Já o aspecto avaliador, porque o Estado passa a ser majoritário na organização de sistemas para avaliar a educação nacional, embebido pelo princípio de concorrência entre as instituições e os sujeitos envolvidos, além de uma ideia de qualidade associada a critérios quantificáveis e ao mercado de trabalho (Fernandes, 2022).

A educação superior esta, intrinsecamente, ligada a essa dinâmica. Assim, com o acirramento da disputa pelo fundo público, a educação, bem como outras políticas sociais, é deslocada da perspectiva de direito para uma concepção de “serviço” (Pereira, 2009). Intensificasse, então, a investida do setor privado, principalmente na modalidade de Ensino a Distância (EaD), em paralelo à precarização e ao desfinanciamento das universidades públicas a nível nacional (Fernandes; Goin; Rocha, 2021).

Segundo o último censo da educação superior, de 2022, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem-se, no referido ano, no Brasil, 2.595 instituições de ensino superior, das quais 312 (12,0%) são públicas e 2.283 (88,0%) privadas. De maneira que, essa discrepância também é observada quando se leva em conta tanto o número de cursos ofertados, com 75,3% pertencentes à rede privada, quanto ao número de ingressantes que, em 2022, correspondeu a 89,0%, em detrimento de 11,0% que adentraram a rede pública em cursos de graduação.

Observa-se, a partir da análise do número de ingressantes em cursos de graduação de 2012 a 2022, um crescimento de 92,4% da rede privada no Brasil, mesmo período em que a pública teve uma queda de -4,1% (Brasil, 2023). Por esse ângulo, a educação superior no país encontrou uma avalanche mercadológica, que assumiu predominância e hegemonia nesse espaço. Diz respeito à concretização da empreitada neoliberal, de mãos dadas com o Estado brasileiro, em consonância com o capitalismo mundial.

Quando se direciona o olhar para os dados que tratam do EaD, essa realidade fica ainda mais preocupante. No período compreendido entre 2012 e 2022, o número de ingressantes na modalidade à distância teve um aumento de 471,4%, ao passo que nos cursos de graduação presenciais houve uma variação negativa de -24,9% (Brasil, 2023). Isso se associa ao crescimento acelerado do número de vagas ofertadas nessa modalidade, sobretudo pela iniciativa privada

Revista Interdisciplinar

(99,3%). De modo que, em 2022, o ensino a distância correspondeu a 75,2% do total de vagas para ingressar nos cursos de graduação em instituições brasileiras.

Desde o ano de 2020, o ensino a distância passou a representar, de forma emblemática, mais de 50% das vagas para ingresso na educação superior, em âmbito nacional. Esse dado coroa a dominação do capital e da lógica do mercado na educação, anunciada como tendência, a partir do final do século XX. Junto a essa lógica, coloca-se em prática um projeto educacional de manutenção dessa ordem vigente. O capital passa a tencionar pela aceleração dos processos formativos (flexibiliza o ensino, altera os currículos, dentre outras medidas), a fim de que ocorra célere desaguamento de indivíduos úteis à rotação do capital, inseridos ou não no “mercado de trabalho”.

Um traço desse processo na contemporaneidade, em âmbito mundial, diz respeito ao Protocolo de Bolonha, assinado em 19 de junho de 1999, na Itália, por 29 países europeus. Esse acordo lança, mundialmente, incentivo ao aligeiramento da graduação e da pós-graduação, além de mecanismos para desenvolver um determinado perfil profissional preparado ao mundo do trabalho, em resposta, mais uma vez, aos interesses de países dominantes (Boschetti, 2015).

Por esse cenário, observa-se que:

A política de educação está a serviço e responde aos interesses do grande capital, haja vista que, fazendo a análise da perspectiva do tipo de ensino ofertado em países da periferia do capitalismo, resta um ensino precário e sucateado, o qual tem o objetivo de favorecer a lucratividade dos grandes grupos educacionais, criando-se as condições da educação tornar-se um grande negócio (Antunes; Lemos, 2018, p.25).

Nota-se que a dada conjuntura, com elementos em constante disputa e o caráter predatório do capitalismo mundializado, atravessa a educação superior em vários âmbitos. O processo formativo da classe trabalhadora é, então, orientado para a conformação e aperfeiçoamento desse modelo de civilização (Costa, 2018). Apesar disso, algumas categorias profissionais, dentre as quais o Serviço Social, busca resistir ao cenário posto e se contrapor ao modelo de dominação, o qual se reatualiza com o passar do tempo.

4. A DIREÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS TENDÊNCIAS DA FORMAÇÃO EM TEMPO DE CONSERVADORISMO

Revista Interdisciplinar

A formação em Serviço Social no Brasil está imbricada a realidade, articulada ainda a atravessamentos próprios da história dessa profissão e outras particularidades. De modo que, assim como ocorrem disputas externas, também acontecem dentro da profissão, tanto sobre o seu direcionamento teórico-metodológico e ético-político, quanto entre projetos profissionais (Iamamoto, 2014). Isto, pois, o Serviço Social está inserido no âmbito das relações sociais e entrelaçado ao movimento da sociedade e aos acontecimentos históricos, políticos, econômicos e culturais.

Essa disputa se deve ao constante embate do Projeto Ético-Político (PEP), atualmente hegemônico, com o conservadorismo enraizado desde a gênese da profissão e que se reorganiza na sociedade hodierna. Em tempos de investida do grande capital, a exemplo do cenário contemporâneo na educação superior, esse conservadorismo vê terreno fértil para retornar, tanto na formação, quanto no exercício profissional (Boschetti, 2015).

O regresso do pensamento e da prática conservadora, em uma visão mais ampla, acontece associado a períodos de reestruturação capitalista, com afeição ao passado como referência de tradicionalismo, moral e costumes a serem seguidos (Yazbek, 2020). Logo, encontra-se no passado um modelo ideal para combater e substituir o presente (este supostamente norteador por tendências causadoras da crise do capital e que ferem a moral e os bons costumes), bem como projetar o futuro. Esse pensamento e prática reaparecem, ao longo da história, com face cada vez mais violenta e retrógrada.

Assim, o conservadorismo empreende, dentre outros aspectos, uma série de ataques a direitos conquistados, exime o Estado de suas responsabilidades sociais, assim como professa uma linguagem de aversão a sujeitos e culturas diversas. Têm-se como vetor, governos e medidas reacionárias, a exemplo do golpe de 2016 (Duriguetto; Demier, 2021) perpetrado à presidente brasileira eleita Dilma Rousseff, e da nova direita que emerge no mundo e no Brasil na última década, neste acometido pelo mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Esse contexto atravessa as relações sociais, com refrações concretas na vida da classe trabalhadora. Logo, o Serviço Social está imbricado nessa dinâmica, perpassando a formação social, tanto em seu processo histórico e no que é construído coletivamente pela categoria, quanto no que diz respeito às repercussões das contrarreformas educacionais das últimas décadas.

Revista Interdisciplinar

Cabe ressaltar que essa tendência de retorno do caráter conservador na profissão, levando em conta aspectos históricos, diz respeito, também, à predominância de quase meio século de um projeto profissional com esse viés, além de moralizador e doutrinário. Tal devido aos moldes católicos, franco-belga e norte-americano, os quais, por esse período, influenciaram as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, suas correntes teóricas e seus currículos (Cardoso, 2016; Yazbek, 2009).

Somente com a intenção de ruptura, última fase do movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, em meados de 1980, que ocorreu a mudança mais significativa no que se refere à direção do projeto profissional. Também nessa década, deu-se a incursão neoliberal no Brasil e a efervescência democrática, cuja força dos movimentos sociais desaguou na Constituição Federal de 1988. Ademais, as/os assistentes sociais se posicionam em um contexto de disputa, de maneira que inauguram um PEP que se contrapõe, desde sua gênese, a mercadorização dos direitos.

Aproxima-se, a partir de então, da teoria social crítica de Marx, com radicalidade ético-política, e articula-se a um projeto societário emancipatório (Cardoso, 2016). Essa direção passa, então, a conquistar hegemonia nas entidades representativas da profissão, no Código de Ética de 1993, no arcabouço de regulamentação, nas pesquisas da categoria e no projeto de formação.

Nesse sentido, um ponto relevante, se considerada essa perspectiva contrária à lógica do capital, corresponde à organização coletiva das diretrizes curriculares de 1996 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), junto com a categoria profissional. Isso em contraposição às tendências neoliberais, de flexibilizar e aligeirar o processo formativo. A ABEPSS delineia direção contrária à abertura do mercado ao grande capital, bem como se contrapõe à precarização da educação superior pública, gratuita e de qualidade (Boschetti, 2015).

Assim, dentre outros aspectos, as diretrizes curriculares direcionam para uma formação crítica, com rigor teórico, histórico e metodológico. Preconizam, dessa forma, a apreensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, de maneira indissociável, através de um ensino ancorado na tríade ensino-pesquisa-extensão (ABEPSS, 1996). Além de que, relacionam a formação e o trabalho profissional ao movimento da realidade, a fim de compreender a produção e reprodução da vida social, nesse cenário de dominação externa nos países de capitalismo dependente.

Revista Interdisciplinar

Logo, a formação em Serviço Social, apesar do conservadorismo apenas adormecido no seio da profissão, germina uma atuação, na realidade, que seja contra hegemônica (ABEPSS, 1996). De modo que, a classe trabalhadora busque romper coletivamente com esse modelo de sociedade, atividade que pressupõe leitura crítica da realidade e das tendências de cada época.

Na contemporaneidade, as tendências que demarcam a política educacional brasileira, sobretudo no ensino superior, têm rebatimentos também no Serviço Social. A profissão enfrenta a expansão massiva da formação em instituições privadas e a ampliação do ensino à distância, que denota uma formação aligeirada e alinhada a um projeto educacional mercantilista. Porquanto, processo que ocorre em direção antagônica ao projeto de formação proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

A partir de dados disponíveis no Sistema de Regulação do Ensino Superior (e-MEC), plataforma do Ministério da Educação do Brasil, tem-se que, atualmente, existem 624 cursos de graduação em Serviço Social regulamentados no país. Desse número, 464 (74,3%) cursos cadastrados são na modalidade de ensino presencial e 160 (25,6%) em EaD (Brasil, 2023). No entanto, esses dados iniciais escondem uma realidade preocupante, quando se analisa outros determinantes.

Quando se busca perceber a hegemonia da iniciativa privada nesse contexto, observa-se que, do total de cursos de graduação em Serviço Social regulamentados hoje, apenas 68 (10,9%) são gratuitos e 556 (89,1%) privados (Brasil, 2023), no que diz respeito ao acesso. Esse quantitativo dialoga com os dados apresentados anteriormente, segundo o censo da Educação Superior de 2022, de maneira que ambos elucidam o domínio crescente do mercado no âmbito educativo. Logo, o Serviço Social é um dos alvos do setor privado, onde não é elementar uma formação fincada no ensino, na pesquisa e na extensão, conforma defende e direciona as diretrizes curriculares de 1996.

Para mais, apesar da tímida presença dos cursos em EaD nos dados iniciais, isso muda quando se analisa o número de vagas ofertadas. De um total de 316.367 vagas para adentrar na graduação em Serviço Social no Brasil, 248.263 (78,5%) são na modalidade de ensino a distância e apenas 68.104 (21,5%) ofertadas em ensino presencial (Brasil, 2023). Ou seja, mesmo correspondendo ao percentual menor de cursos regulamentados pelo MEC, quando se lança o olhar para as vagas ofertadas, esse aspecto muda ao avesso.

Além disso, ao comparar o crescimento dos cursos presenciais com os de EaD na última década, é possível compreender um pouco mais desse fenômeno. Em 2012, existiam 18 cursos de Serviço Social regulamentados na modalidade de ensino a distância, ao passo que 376 cursos eram presenciais (Pereira; Ferreira; Souza, 2014). Ao realizar uma comparação com os dados contidos no ano de 2023 no e-MEC, tem-se o crescimento, nesse espaço de tempo 2012-2023, de 788,8% nos cursos EaD e 23,4% nos de ensino presencial, sendo que neste predomina os cursos não gratuitos.

Crescimento semelhante, em termos de abismo entre as duas modalidades de ensino, diz respeito ao número de vagas ofertadas. Em 2012, eram 76.652 vagas para adentrar na graduação em Serviço Social no EaD e 44.137 no ensino presencial (Pereira; Ferreira; Souza, 2014). Quando se compara com o que o e-MEC traz em 2023, o crescimento, entre 2012-2023, é de 223,8% em vagas ofertadas no EaD e 47,5% para o presencial.

Nesse sentido, nota-se que, quando se observa a graduação em Serviço Social no cenário brasileiro hoje, predomina, de maneira majoritária, duas tendências: parte significativa dos cursos está associada à iniciativa privada e ocorre um crescimento desenfreado do ensino a distância. Em contrapartida, a defesa por uma educação pública, gratuita, de qualidade e com radicalidade teórico-crítica para todos/as, assemelha-se mais a uma insurgência nesse cenário. A lógica hegemônica do capital, em moldes neoliberais nas últimas três décadas, busca corroer qualquer perspectiva que vise emancipar os sujeitos e provocar mudança nessa ordem societária.

Essas tendências, forjadas na aurora do século XXI, e desenvolvidas neste, intensificam-se, e conhecem outros delineamentos, no momento pós-deflagração da pandemia de Covid-19, em 2020. Determina-se, nos moldes autocráticos, comum à realidade brasileira, o ensino remoto emergencial (ERE) como maneira para que a educação “não parasse” por completo. Outrossim, uma das problemáticas, diz respeito ao caráter verticalizado e antidemocrático dessa medida, a qual foi marcada, dentre outras coisas, pela ausência de participação dos sujeitos e de suporte a estes.

Nesse cenário de sucateamento da política de educação e, conseqüentemente, da universidade pública, destaca-se o interesse do capital financeiro na modalidade de ensino remoto como uma forma de obter (mais) lucros. [...] reforça-se ainda mais a ameaça à privatização da universidade pública, ou seja, a perda processual do seu caráter público e gratuito (Fernandes; Goin; Rocha, 2021, p. 95).

Revista Interdisciplinar

A burguesia, externa e interna, utiliza-se de uma crise sanitária mundial para tentar assolar, intencionalmente, o que resiste da educação superior pública, gratuita e de qualidade no Brasil. Impera, com ainda mais força nesse período, a agenda de sucateamento da educação, incentivo à iniciativa privada, flexibilização do processo formativo e afins (ABEPSS; CFESS; CRESS-Rj; ENESSO, 2020). Além disso, individualiza-se a formação, com as máximas de “faça você mesmo” ou “seja protagonista”, com o objetivo de desvincular o fenômeno dos determinantes sociais, econômicos, culturais e outros.

Ainda assim, o movimento da categoria profissional, organizado através de entidades como a ABEPSS, o conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), busca a insurgência. Dentre outras ações, incentiva-se a realização de estudos sobre esse fenômeno, através do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional”; produzem-se documentos, cartilhas e direcionamentos em defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada; e realizam-se encontros da categoria, a exemplo das oficinas regionais e nacional, bem como, através do projeto ABEPSS Itinerante, que visa se contrapor a esse caminho de desmonte da educação superior e precarização do processo formativo.

Não obstante, esse aspecto de insistir no radicalismo teórico-crítico leva ao retorno da questão proposta no início do primeiro tópico. Esse radicalismo, enquanto direção apontada para o processo formativo em Serviço Social, como uma possibilidade ao caráter predatório de domínio externo. Isso, pois, o contexto de dominação de países imperialistas, enraizado no continente desde o primeiro extermínio em massa dos povos originários, ainda não foi superado, mas, ao contrário, se metamorfoseia, ideológica e/ou violentamente, na contemporaneidade.

A transição da modernização dependente para a modernização autônoma requer, pelo menos, um momento de decisão política nacional. E esse momento é improvável sem externa democratização das estruturas sociais e de poder, sem que novos grupos estimulem ou forcem os intelectuais a fazer uma revolução em sua óptica intelectualista, e sem que a própria sociedade possa forjar novos usos alternativos da ciência e da tecnologia científica (Fernandes, 2009, p. 136).

Nessa perspectiva, tanto Lenin (2011), quanto Marx (2011), vão dizer da necessidade de uma revolução da classe trabalhadora, para, de fato, haver modificação nas estruturas de poder, até então orientadas pela lógica imperialista do capital e de países dominantes. Desse modo, o

Revista Interdisciplinar

radicalismo intelectual e teórico no atual cenário da educação superior, passa, concomitantemente, pelo rompimento com o caráter neoliberal nas políticas sociais, como também pela revolução dos trabalhadores. Isso para alcançar a emancipação humana, nos termos de Marx (2010), em uma nova ordem societária, onde não ocorra qualquer tipo de dominação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, nota-se a dominação externa, nos moldes predatórios do século XV, ainda presente na contemporaneidade, mesmo que em outro período histórico e com características diferentes. Dessa maneira, predomina o mando do capital estrangeiro, utilizando-se da estrutura do Estado e do fundo público, em busca de diminuir o tempo de rotação do capital e aumentar sua acumulação.

Para isso, intensifica a exploração da classe trabalhadora e anula seus mecanismos de sobrevivência, a exemplo do sucateamento das políticas sociais. A educação superior é utilizada, então, como meio de manter e reproduzir essa lógica, sobretudo ideologicamente. Isso ocorre, dentre outras maneiras, a partir do aligeiramento e da privatização do ensino, a fim de não só torná-lo um serviço lucrativo, como, também, possibilitar a formação de um perfil profissional útil ao capital.

Compreende-se, desse modo, o predomínio dos interesses do mercado e da educação superior segundo a lógica do capital, como tendência hegemônica na contemporaneidade. Isso em conflito com a perspectiva de um projeto de educação emancipatória, para além dos limites impostos pelo capital, assumida coletivamente pelo Serviço Social e por este artigo. A tendência de mercadorização se espalha no território nacional, sobretudo através da educação como um serviço ofertado por instituições privadas de ensino, que concentram na atualidade o maior número de vagas para ingresso no ensino superior.

O Serviço Social, enquanto profissão imbricada nas relações sociais e na dinâmica da sociedade, também tem seu processo formativo precarizado, diante dessa realidade de desmonte. Há o predomínio da oferta de cursos por instituições de iniciativa privada com fins lucrativos, cujo viés entra em contradição com o direcionamento das diretrizes curriculares de 1996. Além disso, a formação na área foi dominada, na última década, pela modalidade de ensino à distância, que, em

Revista Interdisciplinar

um crescimento acelerado, corresponde hoje a 78,5% das vagas ofertadas para adentrar no curso de graduação.

Esse cenário tem mantido a categoria em alerta, mas carece ainda de maior atenção dado os desdobramentos a partir de 2020, em decorrência do contexto da pandemia de Covid-19 e do ensino remoto emergencial, o qual ainda não se há dimensão concreta das consequências. Logo, cabem investigações que busquem entender os desdobramentos das tendências postas no presente estudo, em um contexto recente, posterior à pandemia, bem como as implicações ao processo formativo de assistentes sociais. Além disso, faz-se relevante, também, verificar através de uma pesquisa de campo, quais as causas apontadas pelas instituições de ensino que deixaram de ofertar o curso de Serviço Social na modalidade presencial, para compreender o crescimento da modalidade de ensino a distância relacionada a isso.

Destarte, em contraposição às contrarreformas empreendidas na educação, o Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, tem defendido a radicalidade ético-política e crítica no seu projeto profissional. Essa perspectiva se reflete nas diretrizes e no arcabouço de regulamentação, organizados pelas entidades representativas, os quais norteiam a formação e o exercício profissional contemporâneo. Porquanto, acredita-se que a radicalidade intelectual e o rigor teórico crítico da classe trabalhadora, seja a possibilidade para a superação do domínio externo que alimenta a hegemonia há alguns séculos. A revolução é vista como maneira de modificar as estruturas de poder decadentes, bem como romper com o caráter predatório, imperialista e de dominação do grande capital.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS; CFESS; CRESS-RJ; ENESSO. Trabalho e ensino remoto emergencial: nota 11. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 40, p. 306-312, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n40p306-312> Acesso em: 09 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo, Boitempo, 2018.

Revista Interdisciplinar

ANTUNES, Andressa Elisa Martos; LEMOS, Esther Luiza de Souza. A contrarreforma no ensino superior brasileiro: determinantes históricos. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 35, p. 12-28, jan./jun 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17922> Acesso em: 09 jan. 2024.

BEHRING, Elaine. Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.043> Acesso em: 09 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. e-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior, 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em serviço social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.079> Acesso em: 09 jan. 2024.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; CANÊO, Giovanna. Desafios da formação profissional crítica em tempos de pandemia, neoliberalismo e conservadorismo. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 70-86, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34851> Acesso em: 09 jan. 2024.

COSTA, Fabiana Maria. As particularidades do ensino superior brasileiro nos marcos do capitalismo dependente. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 35, p. 29-48, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19734> Acesso em: 09 jan. 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2006.

DURIGUETTO, Maria Lucia; DEMIER, Felipe. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-19, maio./ago/ 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17066> Acesso em: 09 jan. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1984. (Coleção perspectiva do homem, v. 99).

Revista Interdisciplinar

FERNANDES, Alex de Oliveira. **Políticas de avaliação na Educação Superior: a racionalidade neoliberal na definição de qualidade no ENADE**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), Belo Horizonte, 2022, p.270.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Laryssa Danielly Silva; GOIN, Marileia; ROCHA, Islânia Lima. Capital pandêmico e ensino remoto: o posicionamento político do serviço social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 87-101, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34819> Acesso em: 09 jan. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/> Acesso em: 09 jan. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional!** - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2001.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **O Estado e a revolução: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. Campinas (SP): FE/UNICAMP, 2011.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social 1**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: MARINI, R. M. **Ruy Mauro Marini - vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital** (livro 1). São Paulo: Boitempo, 2023.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

Revista Interdisciplinar

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e serviço social. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HfkmbnSgtsFvmk4c8fM5CXP/> Acesso em: 09 jan. 2024.

PEREIRA, Larissa Dahmer.; FERREIRA, Andreza Telles dos Santos; SOUZA, Andrea Cristina Viana de. Análise comparativa entre expansão dos cursos de serviço social ead e presenciais. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 181-202, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/7189> Acesso em: 09 jan. 2024.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social** ou Princípios do Direito Político. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2018.

SCHUMPETER, Joseph. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SOUZA, Everton Aparecido Moreira de. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, Ano 12, v. 12, n. 23, jul/dez 2018. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1175>. Acesso em: 18 out. 2023.

STEIN, Rosa Helena. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **SER Social**, n. 6, p. 133-168, 2009. DOI: 10.26512/ser_social.v0i6.12853. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12853. Acesso em: 18 out. 2023.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Creative Commons, departamento de tratamento técnico do instituto Lukács, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília (DF), 2009. p. 143-164.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 293-306. jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934> Acesso em: 09 jan. 2024.